

CRISE DA HISTÓRIA OU CRISE DOS HISTORIADORES NO *LINGUISTIC TURN*, O CASO BRASILEIRO

CARLOS ÁLVAREZ MAIA*

RESUMO

A crise da história promovida pelo *linguistic turn* é analisada como uma crise dos sujeitos historiadores. Esses historiadores em crise insistem em um equívoco. Eles usam instrumentos analíticos estranhos ao pensamento histórico. Nessa crise há uma concepção de linguagem que necessita ser revista pela história. Para tanto, faz-se aqui um apelo a noções advindas da semiologia das práticas discursivas. O objetivo é apresentar um conjunto de conceitos que sejam mais eficientes e adequados para a pesquisa histórica.

PALAVRAS-CHAVE: *linguistic turn*; crise da história; linguagem.

ABSTRACT

The crisis of the history promoted by the linguistic turn is analysed like a crisis of the historians. These historians in crisis insist on a mistake. They use analytical strange instruments to the historical thought. In this crisis there is a conception of language that needs to be revised by the history. For so much, an appeal is done here to notions resulted from the semiology of the discursive practices. The objective is to present a set of concepts that are more efficient and adapted for the historical inquiry

KEYWORDS: *linguistic turn*; crisis of the history; language.

O *linguistic turn* e a escritura da realidade histórica

É notória a situação de “crise” que a disciplina história enfrenta atualmente.¹ Em particular desde os anos da década de 1970, com a emergência do pós-estruturalismo, a corporação de historiadores enfrenta desafios compreensivos inesperados oriundos dos estudos da linguagem e da semiologia, reconhecidos como *linguistic turn* ou *semiotic challenge*. Além da fragmentação disciplinar há a ameaça de um relativismo fantasmático pairando no horizonte das pesquisas. Especialmente um autor, Hayden White, ganhou notoriedade como o algoz das antigas certezas que tornavam a história uma empresa segura e bem diferenciada daquela que é produzida pelo texto literário. “A crítica mais frequente dirigida a Hayden White deve-se à sua recusa de atribuir à história o estatuto de um conhecimento que seria de uma outra natureza que aquela trazida pela ficção”.²

Hayden White faz-se o arauto de um relativismo absoluto (e muito perigoso) que denega toda possibilidade de estabelecer um saber “científico” sobre o passado. Assim desarmada, a história perde toda capacidade para escolher entre o verdadeiro e o falso, para dizer o que foi, para denunciar as falsificações e os falsários.³

Dentre aqueles historiadores que se opõem a Hayden White, Roger Chartier enfrentou-o em um “debate”, hoje, notável.⁴ Chartier considera como “ilegítima a redução das práticas constitutivas do mundo social aos princípios que comandam os discursos”.⁵ Na visão de Chartier o *linguistic turn* supõe a linguagem “como um sistema fechado de signos, cujas relações produzem por si mesmas a significação”. Dessa forma “a realidade não deve mais ser pensada como uma referência objetiva, externa ao discurso, mas como constituída pela e na linguagem”.⁶

Contra essa dissolução do estatuto de conhecimento da história, frequentemente considerada nos Estados Unidos como uma figura do pós-modernismo, deve-se sustentar com força que a história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado.⁷

Chartier observa também o caráter complexo dessa questão especialmente por não se ter mais a ilusão de outrora que permitia supor que “as certezas bem ancoradas da objetividade crítica e de uma epistemologia da coincidência entre o real e seu conhecimento protegiam a história de qualquer inquietude quanto a seu regime de verdade”.⁸ Já Hayden White responde a seus adversários – os quais denunciam o relativismo de suas propostas como uma destruição de todo saber – que “considerar a história como uma ficção, como compartilhando com a literatura as mesmas estratégias e procedimentos, não significa retirar-lhe todo valor de conhecimento, mas simplesmente considerar que ela não tem regime de verdade própria”.⁹

Assim, com esses dissabores, atravessamos um momento de inquietude na historiografia com múltiplas e diversificadas alternativas; algumas, bastante perturbadoras das certezas que abastecem a base cultural do nosso senso comum, e que contagiam com incômodo mesmo aqueles treinados nas ousadias das pesquisas acadêmicas. Em última instância, este senso comum habita todos nós, em alguma medida. Internalizamos irrefletidamente posturas comportamentais e conceituais, premissas, certezas, crenças, que tornam possíveis – e ilusoriamente seguras – tanto a nossa rotina de trabalho como historiadores quanto a nossa existência como seres históricos, cidadãos em nossas práticas cotidianas, mas que instauram também, simultaneamente, limites para compreensões mais ousadas e que diverjam das tendências hegemônicas já naturalizadas em sociedade e às quais estamos habituados. Trata-se de uma condição imposta pelo necessário pragmatismo de vida do sujeito humano, inclusive no escopo da lida de sua atividade profissional.

Uma crise dos historiadores? O caso brasileiro

Nesse quadro, já insto uma primeira reflexão: quanto da “crise” de paradigmas da história-disciplina é devida – antes – a uma “crise” na bagagem pessoal e cultural, na perspectiva conceitual consolidada nos sujeitos historiadores? Uma resistência a mudanças? Crise da história ou crise dos historiadores?

Seja um caso exemplar, o cenário dos historiadores brasileiros. Dois de seus mais renomados autores, Francisco Falcon e Ciro Cardoso, a poucos anos, mapeando o estado da arte em nossa disciplina, traçam um horizonte de complexidades e não apontam para uma simples e já visível estabilidade conceitual que tranquilize a rotina da pesquisa.¹⁰ Ciro Cardoso, bastante crítico da historiografia orientada pelo “paradigma pós-moderno”, em oposição ao “paradigma iluminista”, como ele classifica, chega a comparar o nosso tempo com o vivido pelos físicos na entrada do século XX, que padeciam os últimos momentos do seu modelo clássico, newtoniano, pré-relativista (no sentido einsteniano) e pré-quântico, de compreender o mundo.

Os últimos anos do século XIX caracterizaram-se, então, por *um mal-estar teórico e epistemológico* entre os cientistas naturais, similar ao dos cientistas sociais da atualidade: com o agravante, para estes últimos, de que as teorias disponíveis caducaram sobretudo porque o próprio objeto central – as sociedades humanas contemporâneas – mudou muito intrinsecamente.¹¹

Cardoso, tal como os cientistas de então, tateia por novas possibilidades porém declara a “inabilidade, até o momento” de se poder “teorizar sobre as sociedades vistas holisticamente”, sendo justamente esta inabilidade aquilo que “mais dá força às concepções de dissolução da história em múltiplas histórias” típicas do que ele denomina “paradigma pós-moderno”.¹² Sobre os novos rumos para a disciplina história, sugere que seguramente há de vir “uma teoria nova, diferente” porém com muitos elementos do “paradigma iluminista”. Ainda que mantenha suas restrições ao paradigma rival, pós-moderno, Cardoso vê-se obrigado a conceder que, neste, “alguns de seus aspectos vieram para ficar”, tais como a “ampliação

considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica”, mas considera os excessos como “*modismos* ou como resultados da luta ideológica que, pelo contrário, *serão passageiros*”.¹³

Quero refletir aqui sobre esta questão, contra aquilo que ele, Cardoso, possa, ou pretenda, designar sob a ideia de um modismo. Modismo é uma qualificação que já pressupõe uma desqualificação, uma crítica desabonadora, de descarte *a priori*, daquilo que deveria ser levado mais a sério; na realidade, é sintoma de um problema, e grave. Um problema que deve ser enfrentado. Especialmente no que tange à “dimensão simbólica”, quero defender uma posição teórica diferente da do professor Cardoso. Encaro como um *desafio* necessário, e saudável para a história, enfrentar os “exageros” da percepção simbólica do humano. Mas, vamos por partes.

Mais elástico do que Cardoso, nesta mesma coletânea, Francisco Falcon tratando da “história das ideias” discorre sobre a “pluralidade disciplinar e conceitual”, mas indica igualmente alguma insatisfação com as questões trazidas pelas correntes pós-estruturalistas que promovem a inflexão historiográfica reconhecida como *linguistic turn* e difusora dos estudos semiológicos. O cerne das dificuldades encontra-se nas consequências da aceitação da dimensão simbólica em sua pretensão totalitária. Falcon toma como uma proposta desafiante e decisiva para o historiador, ao parafrasear Chartier, a questão posta pelo *linguistic turn*: “A realidade não mais deve ser pensada como uma referência objetiva exterior ao discurso, pois que ela é constituída pela e dentro da linguagem”.¹⁴ Concordo, mas há algo mais a acrescentar: não é somente isto. A linguagem – como veremos – também se apresenta como registro fundante do humano, da sua condição histórica, ao lado de se colocar como mediação necessária de todo e qualquer conhecimento.

Falcon circunscreve uma certa “vertente” a-histórica e problemática desses estudos: “Aos poucos, no entanto, expandiu-se o prestígio das concepções tendentes a encarar o texto e/ou o discurso como *uma realidade*

própria e autônoma em relação às suas condições não textuais de produção”.¹⁵ Nesse momento tornou-se comum proclamar que “tudo era texto” em tom de desafio a toda e qualquer certeza posta pelas atividades cognitivas. Foi o clímax do relativismo linguístico que adotou a máxima do “tudo é texto” para expressar uma impossibilidade de se compreender o texto como algo referido a uma realidade material. O texto ganhava uma independência um tanto esquizofrênica de seu processo histórico-social de produção. A principal razão desse fato decorria de uma percepção da linguagem como um produto saído da mente de indivíduos. A visão da linguagem nesse mentalismo é a principal motivação de um modelo a-histórico que se opõe, assim, à compreensão dos discursos como prática social concreta.

Essa questão – a autonomia discursiva – inquieta todos, é necessário qualificá-la melhor. Qual sua extensão e sentido? Tais pretensões pela independência do texto em relação à materialidade do mundo sócio-histórico seriam um simples arroubo dos primeiros tempos do *linguistic turn*?

Mesmo sem entrar em maiores polêmicas, a instância simbólica já coloca o historiador ante o novo e desfaz o conforto da sua rotina de trabalho consolidada que não dava a ênfase necessária aos processos discursivos. O desafio que está posto ao historiador é o de incluir as questões referentes à linguagem, à instância simbólica, entre suas preocupações sem com isso desprezar sua articulação com a materialidade societária. O risco advindo da novidade, como noticia Falcon, é o de afastar-se das metas originárias da pesquisa histórica: “A interpretação do texto e a análise das práticas discursivas nele presentes passaram ao primeiro plano em detrimento das indagações tradicionalmente endereçadas ao autor, ao meio social e época histórica”.¹⁶ Esse deslocamento exacerbado cria um cenário desfavorável para o exame e aceitação dos aspectos mais contundentes que a semiologia esteve desenvolvendo desde a década de 1960, cuja prioridade era justamente a de analisar o texto como produto de relações societárias.

Precisamos vencer a inércia das nossas posturas conceituais e metodológicas que reagem contra a novidade conceitual, desqualificando-a a

priori. Mas sem perder do horizonte de nossas expectativas as metas de pesquisa que observam o tecido histórico. Para enfrentarmos os resultados mais instigantes e impertinentes dos estudos de linguagem é necessário – como historiadores – apontarmos a integração inequívoca do textual, do linguístico, ao processo de socialização humana. Penso que o desafio contemporâneo nos impõe como estratégia uma atitude focada em dois eixos articulados:

- (i) dar ênfase ao texto, especialmente por haver uma certa despreocupação com o textual na historiografia anterior e que já chegou a se confinar em fatos e documentos tidos como “objetivos” que “falariam por si”;
- (ii) porém, consideramos o texto situado historicamente, em suas condições históricas de produção, e não como uma exalação de mentes incorpóreas flutuando pleno de autonomia da materialidade que o forjou.

As análises textuais de produção de sentido, de um texto e/ou discurso, somente podem ser realizadas *a partir das cenas sócio-históricas nas quais o discurso é produzido*. Como nos ensinou Roland Barthes, um dos autores seminais da análise semiológica dos discursos: “O sentido é sempre um fato de cultura, um produto da cultura”.¹⁷ Aquela “vertente” – caracterizada por Falcon como de “autonomia textual” – parece-me uma investida deformada/deformadora do que o *linguistic turn* traz de mais inovador e produtivo para a disciplina história. Concordo com Falcon em sua crítica sobre uma exacerbação discursiva mas não é disso que se trata no aspecto mais estimulante da “crise da história”, tal “vertente autônoma” não pode ser tomada como representativa dos desafios que necessitamos enfrentar. A soberba do texto presente nessa “vertente” somente induz em alguns historiadores uma postura reativa que rejeita *in totum* a análise da linguagem. Faço aqui um alerta contra, não é o caso de Falcon, a resistência corporativa dos profissionais ante o novo, ante o “paradigma rival”, que nos induz a desqualificar a inovação inquietante através da amplificação de algumas de suas dissonâncias, ou de seus dissabores.

O que está em jogo aqui é de outra ordem, a dificuldade que merece ser vencida está em outro lugar. Não é a mera oposição à linguagem pela

linguagem – um antagonismo que não se sustenta. O mais produtivo e que deveria convocar nossas inteligências é, sim, *compreender o valor de realidade dado pelo texto*, pela construção discursiva da realidade histórica. Como o próprio Falcon noticia, em outras palavras, a inquietação decorre da própria definição do caráter simbólico, da sua característica como um elo integrador das ações e intelectões humanas que se movimentam entre o mundo natural e o social. Daí decorrem graves e até então inesperadas implicações. Delas o estruturalismo, o linguístico ou o antropológico, fez notáveis desdobramentos. Um desses decorre de introduzir o simbólico como um *tertius* no clássico dilema binário sujeito-objeto, de duas entidades independentes. Já nesse esquema, a realidade-objeto não se daria em si mas seria apreendida pelo sujeito-observador através da referência simbólica, o referente encontra-se modulado pelo discurso. É usual o *linguistic turn* apresentar a linguagem, o simbólico, como um elemento mediador, um intermediário entre o sujeito e o objeto sobre o qual se fala. Essa postura triangular – ainda que necessite de uma compreensão afinada com o pensamento histórico, por conter dissonâncias idealistas ao supor a linguagem como produto mental, de um *Cogito* em si – já é um avanço.¹⁸

No passo seguinte, este sujeito já não é um observador estrito, neutro, e o simbólico torna-se mais do que um terceiro elemento entre o sujeito e o objeto. Torna-se constitutivo dos seres e das coisas, ele integra a realidade. O próprio pensamento dos indivíduos – que arquiteta as visões de mundo – está integrado à linguagem, faz-se com a linguagem. Com isso, a arcaica compreensão “do que é a realidade” como algo referido pelos sentidos diretamente, ou pelos conceitos mentalizados de forma igualmente direta, “ganha” outra configuração. Assim a ideia de uma referência *direta* à realidade começa a “fazer água” e naufraga durante a “onda pós-estruturalista” que deu maior atenção à condição simbólica do ser humano associada a seus jogos de poder e situada em seus processos de produção.

Sem as conotações negativas que se observa na sua apreciação, concordo com Ciro Cardoso: “O postulado implícito é uma nova encarnação da inefável ‘natureza humana’: não mais o *homo faber*, o *homo*

oeconomicus, e sim, o *homo symbolicus*".¹⁹ Do ponto de vista de nossa "etapa cognitiva" em história, estamos hoje alinhados inescapavelmente com a percepção conceitual do sujeito histórico como indivíduos – mulheres e homens – simbólicos, como artefatos semiológicos. Na raiz das inúmeras análises sobre o elemento simbólico encontra-se a denúncia de um erro grosseiro nas teorias epistemológicas: supor que as proposições cognitivas – sejam em filosofia, ou física, ou linguística, ou mesmo em história – possuam um significado claro e unívoco associado ao elemento significante, que por intermédio de um algo mágico e indeterminado, designava diretamente os seres e objetos do mundo real, o referente.

As palavras e as coisas

Com o estruturalismo tornou-se evidente que em cada palavra ocorrem três instâncias distintas: *significante*, *significado* e *referente*. A relação entre quaisquer desses termos não é um dado evidente, não está pré-estabelecida, mas necessita ser cuidadosamente investigada. Ao quebrar-se o elo "evidente" que unia a palavra, o signo linguístico, à coisa referida, inaugura-se uma fonte de problemas para a disciplina história. Mas não só para ela, trata-se de um problema desafiador para todas atividades com pretensão de conhecer algo "referido" pelo discurso. Um perturbador problema para as ciências em geral, sejam as ditas naturais ou as humanas. O conhecimento sobre algo deixa de ser visto em sua roupagem simplista: um conhecer que usa a linguagem simplesmente para expressar um pensamento sobre algo indicado, referido por essa linguagem. Um pensamento que já estaria lá, além do mundo concreto, e uma coisa do mundo designada por este pensamento por intermédio de palavras isentas, inertes. A linguagem entendida – nesta simplificação – como uma correia de transmissão neutra que simplesmente apontaria para as coisas desse mundo sob o comando da razão pensante. Nada mais a-histórico do que esta compreensão *naïf*...

Ora, mas o que está em jogo hoje é bem distinto de tal idealização, é a importância e pertinência da instância simbólica como componente

constitutivo de nossa compreensão do mundo, natural ou social, e sobre aquilo que supomos ser o seu referente. Não há mais como supor que o referente, aquilo admitido *a priori* como “o real” seja dado por si, auto-evidente. A coisa referida está, sempre, submetida à intervenção simbólica como um agenciamento efetivo e imerso em sua condição histórica. Esta noção expõe uma relação problemática e desafiadora para a pesquisa atual, que emerge como tema obrigatório do trabalho em ciências humanas, não podendo mais ser desconsiderado. Estamos, hoje, obrigados a considerar a instância simbólica como um ingrediente constitutivo dos “fatos” históricos.

Já Saussure, no início do século XX, fundando o estruturalismo delineou uma estratégia, por ele mesmo encarada como provisória, deixou de lado o referente para pensar as dificuldades da relação significante-significado. O referente foi omitido por excessivamente problemático e Saussure restringiu-se à classe de relações estritamente linguísticas, delegando ao futuro a constituição de uma nova “ciência” que estudasse o “lugar da língua nos fatos humanos”, “uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social”: a semiologia, como ele designou.²⁰

A dificuldade conceitual com o referente encontra-se na impossibilidade de mantermos na esfera profissional uma associação simplória e precária, típica da que o senso comum desenvolve e que permite a sobrevivência menos preocupada de todos nós em nossas rotinas diárias. Todas aquelas atividades vinculadas ao projeto de conhecer o mundo estão, hoje, ante este embaraço epistemológico que problematiza a percepção do plano ontológico como algo imbricado com o discurso. Nós, historiadores, um dia, já tivemos nossa cornucópia de soluções aquietadoras. Pensávamos que a realidade, o referente, mantinha com nossa compreensão uma relação especular. Nossas teorias seriam reflexos do real. Hoje, entretanto, não há mais ilusões dessa simplicidade. Temos uma outra compreensão do simbólico, e o símbolo aponta mais um elemento de impossibilidade à fantasmagoria da antiga *teoria do reflexo*, tão a gosto dos historiadores mecanicistas. Há entre o sujeito que conhece e aquilo que é conhecido muito mais águas problemáticas, oceânicas águas, do que a maresia do “reflexo”

pretendia; há mediações da práxis – sim, e práxis imersa em axiologia, em ideologia – que, por sua vez, é indissociável da prática discursiva.

Estou aqui parafraseando Ciro Cardoso que propõe como solução das dificuldades historiográficas uma “teoria *modificada* do reflexo”; “modificada” pois supõe mediação pela práxis – eu diria, mero estratagema retórico de salvar as aparências do moribundo, que continua sendo um “reflexo”. Mas Ciro, ao fim, remete à proposição: “trata-se, mais exatamente, da concepção da *verdade científica como limite absoluto (sic) a que tendem* verdades relativas ou parciais cujo alcance maior ou menor depende do tipo de conhecimento histórico que permite a prática social de cada época ou fase”.²¹ Assim seu cientificismo se desnuda ao tomar a “verdade científica como limite absoluto”. Ciro resgata fantasmagorias do século XIX ao dar sobrevida ao mito do progresso, nesse caso, um progresso para as “verdades parciais” da história que tenderiam para o limite absoluto da verdade da ciência.

Ora, em nossa época, não dá mais para transferir responsabilidades para “A” ciência segundo o “modelito” althusseriano, supondo a divisão entre ciência e ideologia, em um corte epistemológico que sacraliza a verdade, em geral, e canoniza a verdade da ciência. Já há muito tempo deixou-se de pensar em ciência como uma construção não-ideológica que atinge a verdade absoluta. Uma leitura rápida de alguns textos, hoje, já clássicos em história da ciência, contribuiria para resolver alguns desses desencontros que ainda habitam com alguma frequência a oficina do historiador *tout court*. Há uma longa tradição historiográfica que desfez esse modelo e desconstruiu a própria ideia de fato científico, absoluto, apresentando-o como algo produzido e que se desenvolve ao sabor do evoluir histórico.²²

Falcon, com muita clareza, faz a crítica de tal postura profissional que no caso extremo converge para uma omissão ou uma fuga do problema que precisa ser enfrentado: “os historiadores se utilizam com a maior naturalidade de toda uma gama de categorias, conceitos e noções que ora remetem ao senso comum, ora a horizontes teóricos específicos, sem se

darem a mínima conta das suas implicações e dificuldades, as mais simples”.²³ Essa é em grande parte a razão da crise, crise dos historiadores, ante o movimento da história. Não vejo “crise da história”, ela vai bem em seu devir compreensivo, em sua conquista por novas paisagens, em apoderar-se das terras devolutas que ela própria abandonou em outras eras historiográficas. A linguagem, nesta pseudocrise, nada mais é do que um “novo” habitante do reino da história, uma personagem que atingiu – agora – maior proeminência na cena historiográfica. A disciplina história sai fortalecida deste episódio que desfaz o mito da linguagem ser um mero produto mental, de mentes incorpóreas sem materialidade. A linguagem reencontra sua historicidade originária que lhe atribui um papel muito mais significativo do que o de um simples agente mediador entre o pensamento e o mundo real referido. A linguagem apresenta-se enfileirada entre os demais agentes históricos, entre os seres que agenciam efetivamente o devir do mundo.

A linguagem como um objeto histórico

Hoje não é mais possível aos historiadores acomodarem-se naquele apelo à autoridade cientificista de um objetivismo factual, como o realizado por Ciro Cardoso, nem de omitirem-se ante os dilemas do tempo presente. Afinal, já criticamos os “fatos rankianos”, percebemos que “as fontes não falam por si”, que os “documentos” não são neutros, então, como ainda supor uma referência direta a uma realidade que estaria lá, num além do textual?²⁴ Nossa realidade é histórica e não é expressa diretamente pelos documentos, depoimentos e monumentos. Só a circunscrevemos via a tateante instância simbólica de seus vestígios, rastros, sintomas. A realidade histórica é constituída pelo conjunto desses traços discursivos.²⁵ Nossa própria práxis é igualmente simbólica, necessariamente simbólica, somos agentes simbólicos, do simbólico. Nossas fontes são fontes simbólicas, gestadas e instituídas simbolicamente – já em sua “origem” – e apreendidas por nós da mesma forma: sempre agenciadas pelo simbólico que desenha o

“referente” como se estivesse situado num mais além. E esta é uma construção – claro, simbólica, e histórica – que pretende instituir uma existência autônoma para o “referente” objetal. Seja o que for o “referente” ele não se encontra despido, em um estado de natureza intocado pelo agenciamento da linguagem, um ponto de fuga absoluto para o qual convergem nossas interpretações do mundo. É uma ilusão mecanicista a compreensão da linguagem como um produto mental que aponta para o “referente”, que cria este ponto de fuga para capturar o significado e atestar o valor de verdade do significante. Este esquema mecânico mostra-se uma solução fantasiosa ante a prática semiológica contemporânea. A relação entre coisas e palavras já não é tão simplista, ela situa-se hoje em uma arena bem mais complexa. Não há mais como adiar: necessitamos tratar a linguagem em história, pela história, já. E esse alerta já ressoa em Hayden White, reportando-se ao “As palavras e as coisas” de Foucault:

Dessa forma, Foucault vê o movimento estruturalista ironicamente, como a última fase de um desenvolvimento nas ciências humanas que principiou no século XVI, quando o pensamento ocidental foi presa da ilusão de que “a ordem das coisas” poderia ser representada de maneira adequada numa “ordem de palavras”, se se pudesse achar a ordem correta das palavras. A ilusão em que todas as ciências modernas se basearam é a de que as palavras gozam de uma condição privilegiada na ordem das coisas, como ícones transparentes, como instrumentos de representação de valor neutro. A atribuição às palavras de uma condição ontologicamente privilegiada como essa na ordem das coisas é um erro que a moderna teoria linguística permitiu por fim identificar. O que a moderna teoria linguística demonstra é que *as palavras não passam de coisas entre as coisas do mundo.*²⁶

Por um lado, essas palavras de Hayden White revelam a forma e a intensidade pela qual o *linguistic turn* abalou o universo de certezas dos historiadores com um incômodo teórico que os obrigava a rever seus princípios e modelos compreensivos, entretanto, por outro lado, esse mesmo transtorno trazia para o horizonte da disciplina história um aumento da população que habita o seu continente, ampliava seu campo de visão para novos objetos que migravam das áreas estritas da outrora filosofia mentalista da linguagem para o devir histórico. A linguagem agora como objeto e

agente da história. Trata-se de uma crise para muitos historiadores porém um momento de próspera inflexão para a história.

Verdade, realidade e objetividade como produtos de protocolos discursivos

Como Lynn Hunt destaca, parafraseando Chartier: “As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social”. Hunt atesta a presença de Foucault, em contágio com Chartier, “Foucault demonstrou a inexistência de quaisquer objetos intelectuais ‘naturais’.”²⁷ E aqui levantamos o véu sobre algumas questões outras: toda prática humana com pretensões cognitivas está comprometida com a crença de que fala sobre algo referido ao mundo “exterior” ao produzir seu discurso narrativo, e que esta “narrativa” tem algum compromisso com a “verdade” desse conhecimento. Em seu aspecto menos comprometedor, trata-se apenas de uma postura pragmática da pesquisa, um princípio heurístico estratégico, sem nenhuma pretensão metafísica; entretanto, dissabores metafísicos se infiltrarão como consequência desse pragmatismo acrítico. Isto é comum a todas atividades do conhecimento: o das ciências naturais e o das ciências históricas. A fragilidade dessa postura prática é a sua ingenuidade crítica. Ao fim, o historiador se arriscará de enredar-se em instrumentos absolutistas (isto é, a-históricos, pretensamente válidos por si) da epistemologia ou da ontologia, que lhes são completamente estranhos e inadequados para expressarem o léxico da história. Conceitos como “verdade”, “realidade objetiva do mundo exterior”, “objetividade natural”, “fato objetivo” são alienígenas que vagueiam nas penumbras do território do historiador. São conceitos estrangeiros, despidos de historicidade, que por serem contrabandeados carecem do aval do pensamento histórico para tornarem-se legítimos e poderem circular na legalidade da prática discursiva da corporação de historiadores. Para tanto, os conceitos canônicos de “verdade”, “objetividade” e “realidade” necessitam de um complemento: serem adjetivados pelo termo “histórico” que os forja em suas historicidades. Tratam-se de uma verdade histórica, de uma objetividade histórica e de uma

realidade igualmente histórica. Precisam ser acompanhados por uma contínua interrogação crítica que aprecie qualquer solução como provisória e que exponha tais conceitos como não-definitivos, não-absolutos, produzidos relacionalmente. Este é um conjunto de questões a ser compreendido no interior da prática de pesquisa.

Como nos diz Falcon sugerindo o pensamento de Costa Lima: “o discurso do historiador, como o da própria ciência, é sujeito ao protocolo da verdade”.²⁸ Sim, verdade, porém situada em um protocolo, verdade constituída por um protocolo. E o termo “protocolo” é de uma rara felicidade em Costa Lima, de enorme precisão para o saber histórico, para a compreensão histórica do conhecimento, para apontar a condição histórica de todo saber em seu caráter *protocolar*.

Hayden White identifica nesses protocolos a ação da linguagem como agência material concreta que naturaliza em seus significados “congelados”, fixos e estabilizados.

É da natureza das ciências humanas tentar a elaboração de protocolos linguísticos ontologicamente neutros com os quais possam representar a ordem das coisas para a consciência com vistas à reflexão e análise. Mas, como a própria linguagem não passa de uma coisa entre outras, a atribuição a qualquer protocolo linguístico dessa condição privilegiada de instrumento de representação está fadada a provocar uma disparidade fundamental entre o ser do mundo e o conhecimento que poderíamos ter dele.²⁹

Como já indiquei, há uma falácia na acepção de aproximação sucessiva à Verdade por verdades parciais, como alude Ciro Cardoso, além, evidentemente, dessa falácia trazer um resgate do mito do progresso linear. Há, sim, “verdades” *setoriais*, melhor dizendo, há protocolos locais – no tempo e espaço – que definem o conhecimento válido naquela especialidade: aquilo que é *válido* para a química, para a física, para a história etc. E nenhuma dessas verdades é maior do que a outra, nem ultrapassa a outra. Nem há também garantia de que a nova seja uma etapa progressiva da precedente. Cada uma das verdades tem *validade local*, no contexto de seu protocolo, e só. Não há *uma* verdade, nem mesmo para a física, vale repetir. O mesmo vale para o termo “realidade”. Para reduzir imprecisões e

dificuldades, já seria um avanço substituir o conceito epistemológico-ontológico de verdade pelo de validade, bem mais histórico.³⁰ E aquilo que é válido decorre de um protocolo que estabelece os critérios para que algo seja aceitável e possa enfim ser considerado como válido no seu contexto disciplinar e corporativo. Assim agem físicos, e assim também agem os historiadores cujos protocolos nos esclarecem como usar e interpretar corretamente os documentos, os fatos históricos. São protocolos. Estabelecidos no interior daquele grupo profissional.

A produção do conhecimento dá-se por intermédio de práticas discursivas que estabelecem uma gramática protocolar – estratégias, metodologias, programas de pesquisa, teorias e até mesmo uma ética corporativa – que validam proposições no interior daquele grupo, que constroem e consolidam sua compreensão do mundo. Cada operação cognitiva é uma produção discursiva que verbaliza os seus fatos, os constitui, recorta e seleciona para si eventos do mundo, dá-lhes existência factual ao verbalizá-los. A linguagem é uma intervenção no mundo, um agenciamento que constrói fatos, fatos que compõem a realidade daquela prática. O próprio sujeito conhecedor é produzido naquela prática, por aquela prática. Esse sujeito é autorizado a falar e é legitimado em seu saber por tal prática. Deve pensar e produzir conhecimento segundo o *estilo de pensamento* da corporação na qual se insere, enformado por seus cânones protocolares. Para ser um membro do *coletivo de pensamento* dessa corporação que circunscreve os agentes é necessário possuir fluência – a autorização que lhe dá autoridade como autor – como falante desse universo discursivo.³¹ Somente ao ingressar em algum cenário linguístico, em algum discurso de uma prática corporativa, é que o sujeito-agente encontra seu vir-a-ser e pode se constituir como ser, um ser da linguagem. E assim abre-se-lhe um mundo, pode ver o mundo através do léxico instituído na gramaticalidade daqueles procedimentos protocolares.

E esse mundo assim percebido, assim submetido ao tratamento daquela prática discursiva, é que constitui a realidade do grupo de agentes da corporação, do coletivo de pensamento. A realidade histórica não se

confunde com o “real” da metafísica, um Real absoluto, grafado em maiúscula. A realidade histórica é sempre provisional, aberta e constituída pelas percepções que a própria conjuntura histórica, local, propiciou. Segundo os protocolos do seu próprio tempo, do seu coletivo.

Importamos conceitos alienígenas e os manipulamos como se históricos – verdade, objetividade, realidade, por exemplo –, neste caso, são conceitos que se tornaram entidades absolutas, conceitos de uma ontologia a-histórica. Naturalizados e generalizados como entidades substancialistas. Ora, o historiador mais do que ninguém necessita de uma ontologia e de uma epistemologia *históricas* que se mostrem como formações constituídas historicamente e que apresentem suas entidades como produções históricas. Insistir com a noção de que os significados estão clara e univocamente expressos pelos significantes, sem interferência dos sujeitos discursivos, e que são simplesmente definidos pelas palavras em si, tal como fazemos em nosso cotidiano, nos encaminha para uma percepção simplista da realidade.

Necessitamos desfazer nossas mitologias. Sim, o ato de naturalizar algo é um efeito de sentido de um processo histórico que estabiliza “verdades” inquestionáveis. E os próprios protocolos adotados participam deste jogo naturalizador. A naturalização é a construção de mitologias, como diz Barthes, ao pensar o mito, a naturalização, como uma fala que se pretende despolitizada, “*cuja função é transformar uma intenção histórica em natureza*”,³² torná-la um ser, um ente, um objeto natural e assim gestar o substancialismo, forjar uma ontologia naturista. Des-substancializar mitos, desfazer as naturalizações, é devolver o caráter histórico a esses objetos, é avaliar toda ontologia como uma ontologia histórica, como uma mitologia historicamente constituída. Esta é uma das minhas questões centrais e que reduz, em muito, as aporias do *linguistic turn*, os desconfortos produzidos. Resgatar o processo histórico que enforma as naturalizações, presentes tanto nas ciências, as *hard sciences*, quanto na própria história.

O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, ..., pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem *natural* desse real ... o mito é constituído pela *eliminação da qualidade histórica das coisas*: nele, as coisas perdem a lembrança de sua produção. O mundo penetra na linguagem como

uma relação dialética de atividades, de atos humanos: *sai do mito como um quadro harmonioso de essências.*³³

Por intermédio dos procedimentos naturalizadores inverteu-se o processo de produção de sentidos fornecido pela história. Nessa inversão, perdeu-se o mais importante: a origem e significação dos jogos de linguagem como instrumentos de uma prática societária. “Uma prestidigitação inverteu o real, esvaziou-o de história e encheu-o de natureza, retirou às coisas o seu sentido humano, de modo a fazê-las significar uma insignificância humana.”³⁴

O sujeito histórico entre palavras e coisas: a produção de sentido pelo sujeito

Dentre as questões decorrentes da base fundadora do estruturalismo, desenvolvidas em seu após, aquelas que mais inovação produziram nas ciências históricas do homem foram o próprio conceito de humano e o processo de objetivação social como um empreendimento das subjetividades discursivas. Em ambas comparece o caráter de mistura amalgamada. Contra o texto da dicotomia “natural-social”, estática e estabilizada, substantivada e substancialista, a análise semiológica das práticas discursivas percebe como *o verbo “naturalizar” foi semantizado*, e identifica sua dinâmica relacional e construtivista. Expõe o processo que lhe é subjacente e que envolve a necessária presença do sujeito polifônico heterogêneo – como mostrou Bakhtin: plural –, autores-atores do texto inseridos historicamente em uma cena e uma prática, ambas, discursivas. Uma cena construída por sentidos estabilizados em falas “despolitizadas”. São falas impondo sentidos que nada mais são do que cristalizações do jogo, do embate social, decorrente da historicidade dos seres e dos processos. A base do conhecimento dos sujeitos é uma matriz de sentidos naturalizados.

O sentido é sempre um fato da cultura, um produto da cultura; ora na nossa sociedade, esse fato de cultura está continuamente a ser naturalizado, reconvertido em natureza pela palavra, que nos faz acreditar numa situação puramente transitiva do objeto. Cremos estar num mundo prático de utilizações, de funções, de domesticação total

do objeto, e, na realidade, nós também estamos, pelos objetos, num mundo do sentido, das razões, dos álibis: a função faz nascer o signo, mas esse signo é reconvertido no espetáculo de uma função. Creio que é precisamente essa conversão de cultura em pseudo-natureza que pode definir a ideologia de nossa sociedade.³⁵

Assim, merecem realce duas questões interligadas, uma de matiz epistemológico, e outra, ontológico:

(i) decorrente da percepção que as formas de objetivação são elaborações de um processo discursivo que envolve as práticas sociais surgem novas interrogações sobre o conhecimento como um processo de produção social, desfazendo as fronteiras entre o natural e o social, entre as *hard* e as *soft sciences*. Ambas são igualmente problemáticas, ambas são históricas, produções históricas. Dessa forma a epistemologia cientificista, naturalista, é lançada em uma teia de embaraços e posta em xeque. Aqui se encontram as análises e contribuições de Foucault e de Thomas Kuhn que encontraram largas aplicações em diferentes continentes do saber.

(ii) decorrente da crítica ontológica sobre o produto do saber, de sua pretensa substancialização que perdeu suporte de verdade em si, aquela naturalização do objeto natural em seu objetivismo se esvai. Tal desnaturalização crítica expande-se para o sujeito autor desse conhecimento – passamos a nos perguntar: o Homem é o quê? –, e assim se promove um descentramento fundamental do próprio sujeito que questiona o essencialismo metafísico, o seu e o das coisas como entes em si.

No cruzamento dessas duas questões encontra-se uma consequência da crítica estruturalista desestabilizadora das certezas do *Cogito* cartesiano, de uma racionalidade plena, consciente e voluntária, que serviria como termo de garantia de emancipação do ser. Essa crítica deixou-nos órfãos, em desamparo de centros radiadores de certezas. Após a tempestade estruturalista compreende-se que o próprio sujeito das ações, do verbo, somente emerge como tal, como “autor emancipado”, ao sujeitar-se às práticas discursivas historicamente constituídas, naturalizadas. Entre a emancipação ficcional pretendida por um sujeito racionalista que expressaria o significado mental saído de um significante e aquela que o aponta, mesmo em sua alienação, como construtor concreto do mundo semiológico, há uma

relação interativa entre texto e sujeito circunscrita pela produção de sentido, de cujos efeitos fluem tanto o próprio devir histórico quanto o sujeito renovado, em outro patamar de emancipação. Assim Pêcheux recupera Althusser: “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão”.³⁶

Para equacionar as inquietações da “crise da história” necessitamos de dois conceitos semiológicos interligados – o de sujeito e o de sentido – que substituem tanto a concepção idealista de ser humano com qualidades inatas como também a noção de significado intrínseco das palavras, típica do mentalismo das noções de linguagem como uma produção cerebral. Sujeito e sentido formam um par conceitual que sugere outro modelo para a concepção iluminista de ser humano e para a noção de linguagem como produto mental. O sujeito não é uma função meramente biológica, com qualidades inatas. Assim, requalificamos o que é o ser humano em sua historicidade constitutiva. Não se nasce humano, torna-se. Torna-se humano ao se integrar a outros humanos, através do sentido produzido por esses próprios sujeitos ao interagirem entre si através de práticas discursivas.

O humano é constituído na *encruzilhada* de duas ordens, de dois registros: das coisas e das palavras. Entretanto, a ordem das palavras – por sua vez – constitui-se também em uma ordem de coisas, coloca as coisas na história. Eis algo que o *linguistic turn*, por seu lado mais redutor e radical, parece desconhecer: a ordem das palavras somente se faz em uma prática social formada a partir do ato eminentemente histórico, fundador, de tomar a palavra como *laço social*, condição essencial para se instituir a sociedade. Para ser mais consistente e preciso nem se deveria dizer “duas ordens”, “dois registros”, o que pode sugerir duas cadeias paralelas: de palavras que possuem vida própria e de coisas anônimas à espera de suas nomeações, de eventos aguardando serem descobertos. O mais próprio é enfatizar um todo inseparável. As coisas e as palavras se fazem juntas, na história; não há duas ordens disjuntas, só há a “encruzilhada histórica”. As coisas emergem na realidade histórica por ação da linguagem, como linguagem.

Se a coisa em si, supondo que seja possível pensar nesta ficção, é percebida pelo humano, então “ela” é imediatamente designada, nomeada, e assim ingressa no mundo dos objetos históricos. Falando com mais rigor: a coisa é percebida por já integrar o mundo simbólico, ela já é uma entidade simbólica. A coisa “em si”, sem o simbólico, é invisível para os sujeitos, não é percebida. É um simples traço imotivado,³⁷ não possui significação alguma. E a coisa é nomeada exatamente por/em sua atribuição-função social, isto é, ao se constituir como parte integrante, quiçá fundante e motivadora, do diálogo entre indivíduos enlaçados pela linguagem e que são viventes no mundo das coisas. Essa é a proposta de Barthes ao tratar semiologicamente da semântica dos objetos.³⁸ É nessa interação, entre sujeitos e a coisa portadora de significação, que emerge a história através do trabalho humano.

“O humano somente se dá em estado plural, necessita-se de pelo menos dois” – eis um mero sinônimo de apontá-lo como um ser falante para outro falante, como duas entidades vinculadas pelo laço societário. O sujeito assim se faz ao ingressar sujeitoado em algum coletivo fleckiano, um coletivo de pensamento, ação e linguagem. Não há falante em si, isolado, nem das coisas nem de outro falante. Neste mundo possível e efetivo que habitamos é na linguagem que tudo e todos se constituem, em condição necessariamente semiológica. E enfim, ganham realidade, e sempre como uma realidade histórica mais-que-natural. Mesmo um “outro” mundo, imaginado como em um “estado de natureza” autônomo da presença humana, somente é assim estabelecido ao se fazer verbo. Seja pela invenção de termos como “a Natureza”, “o Cosmos” ou até mesmo “mundo natural”; seja pelos processos cognitivos considerados mágico-míticos das sociedades “frias” ou por aqueles procedimentos “aquecidos” pela ciência em nossa sociedade moderna. Em todos esses casos o que ocorre é a entrada imediata desse “outro” mundo imaginário/imaginado no universo linguístico, simbólico. Antes disso, à margem disso, sem o verbo, o “mundo natural” é simplesmente inapreensível, incógnito, uma fantasmagoria *sobrenatural*, um conjunto de impressões sensoriais indefinidas e irreconhecíveis.³⁹

Pensar em duas ordens, coisas/palavras, é um mero artifício analítico que possui sua utilidade pragmática na vida cotidiana. Situação algo análoga ocorre ao pensarmos o ser humano como um ser constituído em dois estágios: ao se fazer como corpo “natural”, biológico, ele é partejado e eclode em seu mundo de coisas “naturais”, porém ainda não é humano, simplesmente possui as condições materiais, biológicas, para poder vir a ser um humano. Faz-se humano somente ao ingressar processualmente, em um segundo estágio, no mundo histórico, societário: o universo simbólico, dos significantes, das palavras, das práticas discursivas. Doravante está condenado a ser refém, sujeito em sua palavra. Sujeito a caminhar e a estar vestido pela palavra do Outro – o tecido social que o envolve e molda seu modo de viver e de pensar-dizer –, sujeito a falar o discurso-ídioma do Outro, *la langue* saussuriana posta em um discurso. O Outro que se explicita e se individualiza nos seus diálogos com algum outro – um indivíduo específico, semelhante. Justamente por estar sujeitado ao Outro, é que o indivíduo se faz sujeito ante um outro, como queria Hegel em sua dialética do senhor e do escravo. Entre o um e o outro, enlaçando-os, há as palavras: um laço simbólico. Palavras que atuam, simbolizam, designam e dão realidade social às práticas que ambos cumprem e se sujeitam em jogos de poder. Dessa forma conquistam o poder, sujeitam-no e exercem sua criação emancipadora. O sujeitado torna-se sujeito.

Este exercício do poder dá-se por palavras, pelas leis, pelas normas, pelos valores, pelas naturalizações instituídas. O poder é simbólico, diz-nos Bourdieu. O dito mundo das coisas naturais somente é apreendido por ser dito, ao ser dito, nomeado, designado e entrar na cultura. O que não é dito não é agenciado pelo simbólico e não habita o mundo humano, não é cultura. E o mundo simbólico tem uma ordem e sua ordem é dada como se fosse uma simples representação do mundo das coisas, como se fosse uma florescência enraizada nas coisas. Como se fossem, hipoteticamente, significantes que referissem coisas, significados que se referissem a coisas. Esse encadeamento linear é mera aparência naturalizada de uma imbricação mais

profunda, do âmago constitutivo do mundo histórico. Uma imbricação triangular entre palavras, coisas e os sujeitos do discurso.

E o ser humano não é meramente um substantivo, é antes de mais nada um verbo auto-fecundante, pelo verbo, pela palavra que o designa. É processo, ação, devir, e não uma substância biológica, um ser isolado: o Mowgli de Kipling ou um Robinson Crusó das robinsonadas tão criticadas por Marx. Ele se faz ante outro ser humano, o ser é interativo, dialogal, societário. Ele necessita de laço social, um laço impensável sem o verbal. Afinal, o social é estabelecido pela palavra. Falar é falar com um alguém. É dar materialidade dialógica, é dar realidade ao enlace societário. Não há relação de poder, não há vínculo social, sem a palavra, sem a ideologia verbalizada, sem uma axiologia entronizada. O ser é humano pelo verbo, só é humano ao se designar humano, entre humanos. O ser só é humano ao se batizar pela palavra, pelo simbólico, e assim socializar-se. Não há sociedade sem verbo. Não há história sem linguagem, tal como não há linguagem fora da história, são irmãs gêmeas, siamesas. O que funda a história não é a escrita fonológica, logocêntrica e literal, mas a escritura derridiana que a abarca e gesta.⁴⁰ Mas para se compreender esse caráter fundador do ato linguístico necessitaríamos de outra percepção do que seja a linguagem, como uma escritura estabelecida na pragmática das ações societárias e que funde palavra e coisa.

Um mito: palavras mentais e coisas materiais

A partir daí ocorre um drama em nossa cultura, um quiproquó metafísico insolúvel instala-se nas tentativas – vãs – de tentar vencer o hiato entre palavras e coisas e ultrapassar a barreira mítica inter-mundos. Para destronar o mito construíram-se outros, novos fetiches foram naturalizados em nossa base cultural. Um deles é o que decorre da disputa filosófica que apregoa que nossas concepções emanam das coisas, que o dueto significado-significante aflora do referente. Esse é o mito da objetividade que supõe uma

qualidade imanente ao “objeto”, uma essência que evidencia e dá significação para “a realidade objetiva do mundo exterior”. Contra este objetivismo do referente, do objeto, a análise semiológica das práticas sociais, discursivas, já nos apresentou uma ferramenta mais útil e potente. A noção de significado intrínseco das coisas é substituída pela de sentido produzido por um sujeito para outro sujeito em uma cena semiológica e arranjado dentro de um discurso. Em semiologia esta noção de significado cristalizado é compreendida como um efeito da produção de sentido do texto que a naturalizou como eflúvio do objeto. A noção de “significado imanente às coisas” decorre da mitificação produzida pelo objetivismo do referente; este, o seu sentido efetivo. Vigotski, no início da década de 1930, já era conhecedor do conceito de “sentido” como uma expansão e um deslocamento mais produtivo da noção de “significado”.⁴¹

Trata-se, aqui de um sujeito ativo, um agente construtor de sentidos. Como nos ensina Borges, em seu apelo à linhagem pascaliana: “o gosto da maçã não estava nem na própria maçã – a maçã não pode ter gosto por si mesma – nem na boca de quem come. É preciso um contato entre elas”.⁴² Isto é, o *sentido* do sabor da maçã só ocorre com a ação de um sujeito, da *reunião* do sujeito com a coisa. O sentido depende de muito fatores, dentre estes, o sentido também resulta da historicidade do sujeito: dos seus hábitos alimentares, do tipo de paladar no qual se educou, da sua estética gustativa – afinal, outra historicidade, outro sentido.

O termo “sentido” designa um conceito muito mais rico e dinâmico que o de significado hipostasiado nas palavras. O sentido se expressa em um discurso, em uma ampla cena semiológica, na presença humana em sua historicidade constitutiva – é nesta historicidade que os valores (e sabores) que qualificam o sentido se apresentam. O sentido declara o processo de apreensão significativa da Coisa pelo sujeito e advém por uma ação efetiva do simbólico no mundo concreto, no interior de uma prática discursiva.

Já aquela naturalização imanentista do significado se reforça e implica em outra, a de que para apreender este significado, esta essência, há necessidade do ser humano possuir e desenvolver habilidades especiais para

compreendê-lo – o dom da Razão. Em tal mitologia supõe-se que o sujeito captura – do objeto – este significado para si, produz mentalmente um significado-cópia, uma imagem especular *refletida* em sua razão. Esta, a origem da “Teoria do Reflexo” que Ciro Cardoso abraça. É o *modus operandi* típico e necessário para alicerçar o pensamento científico moderno. Os arautos dessa visão idealista utilizam-se costumeiramente de uma expressão de Galileu – “o livro da natureza está escrito em caracteres geométricos” – para formularem explicações e arquitetarem metodologias voltadas ao desenvolvimento e uso da aptidão inata no investigador para “lê-lo”, a sua racionalidade. Ler o Livro da Natureza, saber lê-Lo, tornou-se pré-condição para todo conhecimento sobre o mundo. Nesta epistemologia ontologizadora, o conhecimento suposto como objetivo decorre da leitura neutra do Livro Natural. Conhecimento objetivo, posto que emanaria do objeto, sem interferência da subjetividade do leitor, do sujeito que conhece. Por isso se diz: DESCOBRIR as leis DA natureza. Trata-se de desvendar, de trazer à tona, o que já estaria lá, aguardando sua descoberta. Claro, desde que este sujeito leitor tenha capacidade de fazê-lo, tenha o dom da racionalidade apoiado na metodologia científica para que possa coroar sua “descoberta” com a interjeição de um eureka arquiimediano. O “eureka!” lendário da mitologia epistemológica flagra a cena na qual a razão encontrou subitamente a significação até então oculta. É o exato momento em que o sujeito descobridor descobriu, soube ler “corretamente” o Livro da Natureza. Atingiu o conhecimento verdadeiro por ser pura expressão de uma verdade que já estava lá. Lá, alhures, na realidade objetiva do mundo exterior, no Real da Natureza. Esta reunião de mentalismo e objetivismo torna-se a face dupla de uma mesma solução bastante problemática. Uma solução totalmente estrangeira ao discurso histórico.

Ocorrem aí duas questões interligadas: a noção de objetividade dada e afiançada pelo objeto conecta-se à presença do leitor-escrivão, um reproduzidor fiel, que transfere o aval de objetividade para a “cópia” cognitiva extraída do mundo real. O significado mental é um reflexo do significado

natural. Eis assim o encadeamento identitário construído, referente-significado-significante, elaborado por essa mitologia:

(i) de um lado, o significado que as coisas possuem em si; as coisas como garantes da objetividade, como objetos que ditam textos objetivos;

(ii) de outro, a mente que captura este significado e o conecta à palavra, a um texto-significante; o significante como representante do significado que emanou do referente, da coisa.

Esse mentalismo objetivista ilude com a ponte idealista que uniria palavra e coisa. Fornece uma unidade ilusória promotora de diversos equívocos. Neste esquematismo a conexão entre as palavras e as coisas dá-se através do miasma exalado pelo objeto e inalado pelo sujeito, pela capacidade igualmente miasmática do sujeito em copiar, interpretar essa emanção “objetiva” em um par significado-significante. É um modelo sem a presença dos falantes que agenciam efetivamente o sentido e interagem com o mundo das palavras-coisas e das coisas-palavras. Deixa-se, assim, de perceber quando o dizer é fazer, como defendia Austin, 1990. Mas é no interior das práticas discursivas que o sentido é forjado.⁴³ Perde-se a compreensão de que os processos discursivos, ao se desenvolverem sobre a base linguística, não são “expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria 'acidentalmente' os sistemas linguísticos”.⁴⁴ Perde-se o entendimento da linguagem como prática societária.

Últimas palavras: sobre a crise dos historiadores

Agora, em nosso tempo histórico, estamos habilitados a compreender de outra forma a questão da “crise dos historiadores” ante os avanços e conquistas da disciplina história. Aquilo que esses historiadores denominaram de “crise da história” não passou de uma produção de sentido forjada por esses próprios historiadores, eles sim, em crise. Em crise pois os novos princípios semiológicos entraram em conflito com suas posturas, historicamente constituídas nas suas respectivas subjetividades. Os novos terrenos conquistados pela disciplina história foram considerados “pós-

modernizações” indesejáveis que assombraram as mitologias positivas do iluminismo incrustado nas historicidades desses historiadores. O sentido que deram ao declararem uma “crise da história” reflete, sim, mas como o sentido decorre das historicidades dos actantes na cena. Para esses historiadores, tal situação revestia-se de perigos, representava um ataque ao império de seu racionalismo idílico, desmontava o velho e seguro paradigma consolidado. Para um historiador formado nos cânones absolutistas, toda e qualquer dose de relativismo é venenosa, corruptora. Ante a evidência de que a Verdade jaz, de que o significado unívoco de um texto esgarçou-se, o historiador que perdeu seu norte invoca seus absolutos, roga e suplica pelo retorno de seus valores míticos, clama por um caminho de aproximações sucessivas ao antigo reino de certezas, o seu arcaico paraíso ilusório, definitivamente perdido.

O que esses historiadores em crise anunciam como crise da história e denunciam o *linguistic turn* como inimigo é um mero efeito de sentido de suas próprias construções discursivas naturalizadas que apagaram a autoria criacionista que eles próprios realizavam. A crise está neles. Construíram um mundo esquizofrênico no qual os objetos, as coisas, são os únicos legisladores objetivos e os humanos “neutros” são meros assistentes aguardando que a objetividade como um miasma seja exalada dos objetos para ser “descoberta”. O humano como simples detector inerte das “objetividades do mundo exterior”. Um humano sem subjetividade alguma. Um humano sem história.

A história humana se faz na interseção das coisas com as palavras proferidas por um falante para outro falante e, assim, hegelianamente enlaçados. Humanos situados no mundo das coisas, mas de coisas que somente são apreendidas ao se constituírem pela palavra. Palavra como ação constitutiva desses humanos como um corpus histórico, em modulação sobre seus corpos meramente biológicos.

Bibliografia

- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARTHES, Roland. “Semântica do objeto” in Barthes. *A aventura semiológica*. Tradução Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 171-180.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BONNELL, Victoria E. and Hunt, Lynn, (eds.). *Beyond the Cultural Turn (New Directions in the Study of Society and Culture 34)*. Chicago: University of Chicago, 1999.
- BORGES, Jorge Luis. *Esse ofício do verso*. Tradução José Marcos Macedo. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “Introdução: história e paradigmas rivais”. in Cardoso e Vainfas, 1997, p. 1-23.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. 1a. ed. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2002.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- FALCON, Francisco. “História das ideias”. in Cardoso e Vainfas, 1997, p. 91-125.
- FAY, Brian et al (eds.). *History and Theory: Contemporary Readings*. Blackwell Publishing, 1998.
- FLECK, Ludwik. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luis Camargo. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JAPIASSU, Hilton Ferreira. “Verdade e Relatividade”. In *Ciências Humanas*. vol. II, nº. 9, abril/julho 1979. 31-34.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 2002.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LaCAPRA, Dominick, Kaplan, Steven (eds.). *Modern european intellectual history. Reappraisals and new perspectives*. New York: Cornell University Press, 1995.
- LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora. Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- NOIRIEL, Gérard. *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris: Belin, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. Tradução Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1971.
- VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *Pensamento e linguagem*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. Tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.
- WHITE, Hayden. “Afterword” in Bonnell and Hunt, 1999.
- WHITE, Hayden. “Foucault decodificado. Notas do subterrâneo”. in Hayden White. *Trópicos do discurso*. 2001. 253-283.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. 2ª. Edição. São Paulo: Edusp, 2001.

NOTAS

* Doutor em História: E-mail: alvarez@iis.com.br

¹ Ver *Sur la “crise” de l’histoire* de Noiriél, 1996. Noiriél apresenta uma crítica ao termo *linguistic turn* e analisa o quadro de disputas conceituais especialmente em seu capítulo 4, La crise des “paradigmes”, p. 123 e ss. Ver também Bonnell and Hunt, 1999.

² Chartier, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. 1a. ed. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2002., p. 110.

³ *Ibidem, idem*.

⁴ Há duas obras de Hayden White marcantes para essa discussão, White, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. Tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992. e White, Hayden. *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. 2ª. Edição. São Paulo: Edusp, 2001.

⁵ Chartier, 2002, *op. cit.* p. 90.

⁶ Chartier, 2002, *op. cit.* p. 88.

⁷ *Idem*, p. 15.

⁸ *Idem*, p. 17.

⁹ *Idem* p. 111.

¹⁰ Seus trabalhos encontram-se na coletânea de Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹¹ Cardoso, 1997. p. 13 (grifo meu). “Parece-me que, nesse particular, as ciências sociais, entre elas a história, estão numa situação análoga à das ciências naturais por volta de 1890.” p. 13. Ciro fala do “paradigma iluminista” (“uma história científica e racional”) que teve seu auge

predominante até 1968, versus o “paradigma pós-moderno”, que eclodiu a partir desse momento e sendo por ele considerado insatisfatório. p. 2-4.

¹² Cardoso, Ciro Flamarion. “Introdução: história e paradigmas rivais”. in Cardoso e Vainfas, 1997, p. 13

¹³ Cardoso, *op. cit.*, p. 22-23, grifos meus

¹⁴ Francisco Falcon, Francisco. “História das ideias”. in Cardoso e Vainfas, 1997, p. 120. Falcon valoriza as novas perspectivas, ainda que seja crítico sobre alguns exageros cometidos em nome dessas novidades.

¹⁵ Falcon, 1997, *op. cit.* p. 117, grifo meu)

¹⁶ *Ibidem, idem.*

¹⁷ Barthes, Roland. “Semântica do objeto” in Barthes. *A aventura semiológica*. Tradução Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 180.

¹⁸ Ainda que muitos estudos linguísticos se esforcem em mostrar a importância do símbolo ao apresentá-lo como instrumento mediador, desde sua definição medieval – “símbolo como algo que se coloca no lugar de algo” –, entretanto hoje, esse valor do simbólico para a análise semiológica é modesto; além de incompleto e gerador de inconsistências ao dar sobrevida ao substancialismo do sujeito e à noção mentalista da linguagem. Especialmente desde a percepção pragmática da linguagem, necessita-se de uma apreensão do simbólico como um agenciamento efetivo no mundo, uma forma de ação da linguagem que é constitutiva das coisas e dos falantes.

¹⁹ Cardoso, *op. cit.*, p. 16)

²⁰ Saussure, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. Tradução Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1971, p. 23-24.

²¹ Cardoso, 1997, *op. cit.* p. 5, grifos meus

²² Um marco desses estudos é Ludwik Fleck, 1979. Outro, é o seu seguidor mais conhecido: Thomas Kuhn, 2003, que publicou seu trabalho em 1962. Mais recentemente temos Bruno Latour, 2001.

²³ Falcon, 1997, *op. cit.* p. 97.

²⁴ Ver Cardoso, *op. cit.* 1997, tratando do referente, p. 20, e criticando Hayden White e Ricoeur, p. 21, em uma análise com alguma parcialidade sobre o “paradigma pós-moderno” que ele caracteriza na Nova História. Falcon, *op. cit.* 1997, trata desse tema especialmente na p. 120-121.

²⁵ A obra de Derrida, 1999, com sua noção de escritura e de traço, é uma notável contribuição neste sentido. Derrida, Jacques. *Gramatologia*. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

²⁶ White, Hayden. “Foucault decodificado. Notas do subterrâneo”. in Hayden White. *Trópicos do discurso*. 2001. p. 255.

²⁷ Infelizmente não encontrei no original citado por Hunt, a sua referência sobre essa afirmação de Chartier, por essa razão afirmo que Hunt parafraseia Chartier. Evidentemente, o conteúdo da referência é bastante fiel ao pensamento de Chartier. Ver Hunt, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luis Camargo. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 9.

O texto original, mencionado, de Chartier encontra-se em LaCapra, Dominick, Kaplan, Steven (eds.). *Modern european intellectual history. Reappraisals and new perspectives*. New York: Cornell University Press, 1995.

A citação de Chartier, não encontrada, estaria na p. 30, segundo Hunt.*op. cit.* p. 9.

²⁸ Falcon, 1997,*op. cit.* p. 121.

²⁹ White, 2001,*op. cit.* p. 262. Após a difusão do trabalho de Thomas Kuhn, A estrutura das revoluções científicas, de 1962, a noção cumulativa e progressiva do conhecimento perdeu sua razão de ser. Com Kuhn consolidou-se a ideia de que as teorias que se sucedem sofrem descontinuidade nas formas pela quais compreendem o mundo; elas podem desenhar mundos diferentes e até mesmo conflitantes. Esse distanciamento entre as teorias é denominado de incomensurabilidade. Kuhn, *op cit.* 2003.

³⁰ O mesmo recomenda-se para o termo “realidade”, que deve ser enriquecido por uma qualificação: “realidade histórica”, que retira esse termo do reino das coisas absolutas e atemporais e o coloca no devir.

³¹ Peço permissão a Fleck (1979) para aplicar aqui seus conceitos de “estilo de pensamento” e de “coletivo de pensamento” como as expressões sociais e materiais que agenciam o caráter protocolar e histórico de todo processo de conhecimento através de práticas coletivas que são, por isso mesmo, práticas discursivas. Fleck ainda não foi explorado pelos estudos semiológicos e fornece um olhar sócio-histórico necessário para se pensar a linguagem como um modo de ação construtor de sentidos sobre a realidade como também constitutivo dos próprios falantes.

³² Barthes, 1989, *op. cit.* p. 162-163.

³³ *Idem*, p. 163, grifos meus.

³⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁵ Barthes, *op. cit.* 1987, p. 180 grifos meus.

³⁶ Pêcheux, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 133.

³⁷ Derrida, 1999, *op. cit.*

³⁸ Barthes, 1987, *op. cit.* p. 173-174.

³⁹ Há dois autores fundamentais no suporte a este entendimento: Fleck e Derrida. A noção fleckiana de que o coletivo de pensamento produz um “ver formativo”, *Gestaltsehen*, isto é, aquilo que é visto e percebido somente o é através do estilo de pensamento, da linguagem que constitui a realidade histórica desse agente. Já Derrida contribui seminalmente ao instaurar o conceito de “traço” como um vestígio de algo antes de sua significação: uma percepção sensorial ainda não significante. O processo de significação ocorrerá na escritura na qual o agente se inscreve (o seu coletivo fleckiano). Isso fornece uma harmonia entre esses autores e alimenta a noção de que as impressões sensoriais indefinidas são o retrato da invasão de um “real”, hipotético, fora da linguagem, na realidade historicamente constituída. Entre o “real” imaginado como tal e a realidade histórica constatada na práxis há o

agenciamento da linguagem. Diz-se: o Real invade a realidade. O traço do Real emerge na realidade e ganha significação, sentido. Ver Autor (2006), Fleck (1979) e de Derrida em sua gramatologia (1999).

⁴⁰ Derrida, *op. cit.* 1999.

⁴¹ Vigotski já anunciava essa diferença entre significado e sentido em obra postumamente editada em 1934, que ao receber tradução do russo transformou-se em marco historiográfico na Europa ocidental. Vigotski, Lev Semenovitch. *Pensamento e linguagem*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 181.

⁴² Borges, Jorge Luis. *Esse ofício do verso*. Tradução José Marcos Macedo. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 12.

⁴³ “O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento.” Pêcheux, *op. cit.* 1997, p. 91

⁴⁴ *Idem, ibidem.*